

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.097 - SP (2019/0296048-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **ADELMO JOSE DA SILVA E OUTRO**
ADVOGADOS : **ROSEMARY ALMEIDA DE FARIAS FERREIRA - SP149285**
 ADELMO JOSE DA SILVA - SP265086
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **ANDERSON PEREIRA DOS SANTOS (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* ajuizado em nome de **Anderson Pereira dos Santos**, no qual se aponta constrangimento ilegal decorrente do julgamento do HC n. 2217607-81.2018.8.26.0000.

Busca-se a concessão de medida liminar e, ao final, da ordem para que seja garantido ao paciente o reconhecimento da data-base de 25/7/2014 para fins de fixação da progressão de regime no PEC n. 0090932-88.2017.8.26.0050.

Alega-se, em resumo, que, quando o paciente já estava quase terminando a pena pela prática do crime de porte ilegal de arma de fogo, sobreveio a execução da tentativa de homicídio, o que gerou outra execução criminal. Argumenta-se que, embora não tenha sido requerida a unificação de penas na origem e posteriormente tenha sido extinta a punibilidade referente ao primeiro crime, é possível a modificação do termo inicial para a concessão de benefícios na execução.

É o relatório.

Ocorre que a questão suscitada, ante o caráter satisfativo, demanda um exame mais aprofundado dos autos, o que é inviável neste juízo de cognição preliminar. **Indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça de São Paulo a respeito do HC n. 2217607-81.2018.8.26.0000 e ao Juízo da execução quanto ao PEC n. 0090932-88.2017.8.26.0050.

Depois de prestadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

